



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

LEITE E LACTICÍNIOS

DIAGNÓSTICO SECTORIAL



2007

DOCUMENTO ELABORADO PELO GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

Índice Geral

Introdução	5
I. Análise Global	6
1. Produção Primária	6
1.1 Rendimento da actividade e custos de produção	14
2. Transformação e Comercialização	15
2.1 Indústria	15
2.2 Comercialização de produtos lácteos	20
3. Políticas de Regulação do Mercado	24
4. Situação do Mercado - Análise Global	29
5. Análise SWOT	35
II. Análise Prospectiva	37

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução da produção regional por comparação com a campanha de 2001/2002 (base 100).....	8
Quadro 2 - Evolução estrutural da produção primária (PT e UE15)	13
Quadro 3 - Indústrias do Leite e Derivados	16
Quadro 4 - Produtos lácteos obtidos a partir do leite recolhido	17
Quadro 5 - Índice Nielsen Alimentar.....	18
Quadro 6 - Regimes comunitários de qualidade reconhecida - Campanha 2003/2004	19
Quadro 7 - Principais destinos das saídas de lacticínios em 2005.....	22
Quadro 8 - Principais origens das entradas de lacticínios em 2005	22
Quadro 9 - Despesas FEOGA Garantia no sector do leite	25
Quadro 10 - Principais Parceiros Comerciais da UE	28
Quadro 11 - Principais decisões decorrentes da Reforma da PAC de 2003	29
Quadro 12- Evolução dos Preços de intervenção (euros/100Kg)	29
Quadro 13 - Balanço do triénio 2004-2006.....	32
Quadro 14 - Análise SWOT	36

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Peso da produção de leite por espécie (ano 2005) e evolução da produção de leite de ovelha e cabra	7
Gráfico 2 - Distribuição Regional da Produção de Leite (campanha 2005/2006).....	8
Gráfico 3 - Distribuição regional do efectivo e da MBS	10
Gráfico 4 - Número de produtores e quota detida por escalão de produção (2004)	10
Gráfico 5 - Distribuição das explorações por classe de dimensão de efectivo (% total).....	11
Gráfico 6 - Distribuição do efectivo por classe de dimensão (% total)	11
Gráfico 7 - Evolução do efectivo e nível de entregas médio por exploração	12
Gráfico 8 - Rendimento por Vaca Leiteira.....	14
Gráfico 9 - Estrutura de Custos	15
Gráfico 10 - Estrutura Empresarial por Classe de Dimensão Económica	16
Gráfico 11 - Valor das vendas em 2004 (% do valor total) - CAE 155	17
Gráfico 12 - Peso da produção queijo por espécie (ano 2005) e respectiva evolução no período 1997-2005	19
Gráfico 13 - Capitação de manteiga e queijo (nacional, UE15 e NEM10).....	20
Gráfico 14 - Evolução da Balança Comercial (1000 euros)	21
Gráfico 15 - Indústria de lacticínios - Evolução do valor das vendas por destinos (preços deflacionados pelo IPIPIB; 1995=1).....	21
Gráfico 16 - Preços dos queijos importados e nacionais (2005).....	23
Gráfico 17 - Distribuição das despesas FEOGA-Garantia no sector do leite - UE25 Exercícios 2004 e 2005	26
Gráfico 18 - Evolução das restituições à exportação (ano 2000-base 100).....	27

Gráfico 19 - Evolução das exportações da Nova Zelândia (ano 1999- base 100)	30
Gráfico 20 - Evolução do Preço dos Produtos Lácteos Industriais no Mercado Mundial	31
Gráfico 21 - Evolução do Preço de Intervenção e de Mercado da Manteiga na UE	33
Gráfico 22 - Evolução do Preço de Intervenção e de Mercado do Leite em Pó.....	33
Gráfico 23 - Evolução do Preço do Leite Pago aos Produtores na UE	34

Índice de Mapas

Mapa 1 - Distribuição regional das quotas leiteiras (ano 2004)	7
Mapa 2 - Peso da MBS do LEITE no total das MBS das explorações agrícolas	9

Índice de Figuras

Figura 1 - Identificação dos principais desafios (reais ou potenciais) que se colocam ao sector leiteiro (2007-2015).....	38
Figura 2 - Cenários para o sector leiteiro no horizonte 2015.....	39

Introdução

O presente relatório aborda de forma agregada os principais indicadores económicos e estruturais do sector do leite e lacticínios, centrando-se de forma especial no leite de vaca no Continente. Todavia, pese embora a falta de informação disponível que permita suportar um diagnóstico relativo ao sub-sector do leite de pequenos ruminantes, as potencialidades ao nível da produção e diversificação justificam, por si só, que sejam introduzidas algumas referências sobre este sector. No final encontram-se identificadas as principais oportunidades e ameaças que condicionarão o desempenho futuro desta fileira, sendo incluída uma breve análise prospectiva com a construção de cenários possíveis em consequência das alterações nas políticas esperadas para o sector.

I. Análise Global

O sector da produção animal em Portugal representou, no período 2003-2005, em média anual 2.627 milhões de euros, o que corresponde a 37,3% do valor da produção do ramo agricultura para a média do triénio. No seio do sector é a produção de leite que possui maior peso (28,1%). No seio da produção animal, nesta evolução recente, aponta-se para crescimentos generalizados em todos os sub-sectores, à excepção da ovino e caprino, tendo o leite aumentado +11,5%.

Representando actualmente cerca de 11,5% da produção agrícola nacional, o sector de lacticínios nacional registou uma performance notável no período pós adesão à Comunidade, traduzido por uma oferta crescente de leite e produtos lácteos e pela melhoria global da qualidade da matéria-prima e dos produtos transformados.

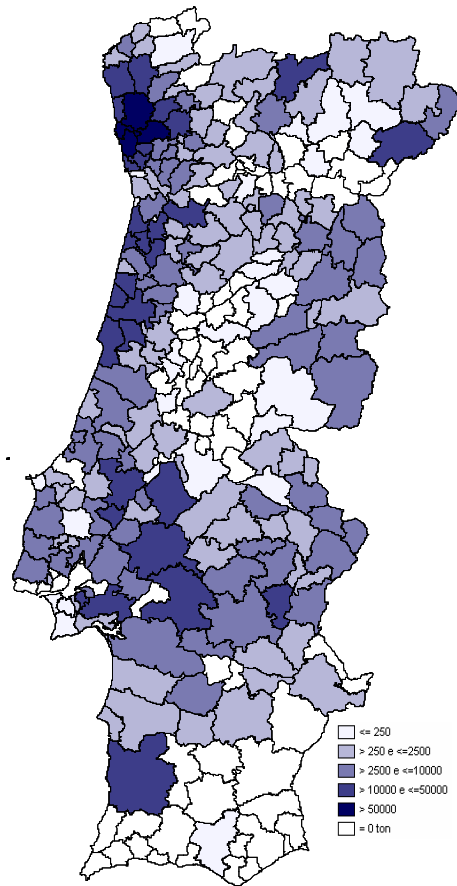
A especialização das estruturas produtivas e industriais possibilitaram a construção de uma verdadeira fileira agro-industrial nacional, sendo de realçar o papel determinante desempenhado pelas cooperativas na consolidação e robustecimento da mesma. A recente criação de uma estrutura laboratorial de âmbito nacional constitui igualmente evidência da crescente cooperação empresarial ao longo de todos os agentes presentes na fileira.

1. Produção Primária

Ao nível da produção primária registou-se um aumento da dimensão das explorações, em resultado de uma significativa redução do número de produtores de menor dimensão, acompanhado de uma concentração territorial em determinados pólos geográficos junto das indústrias transformadoras (Mapa 1).

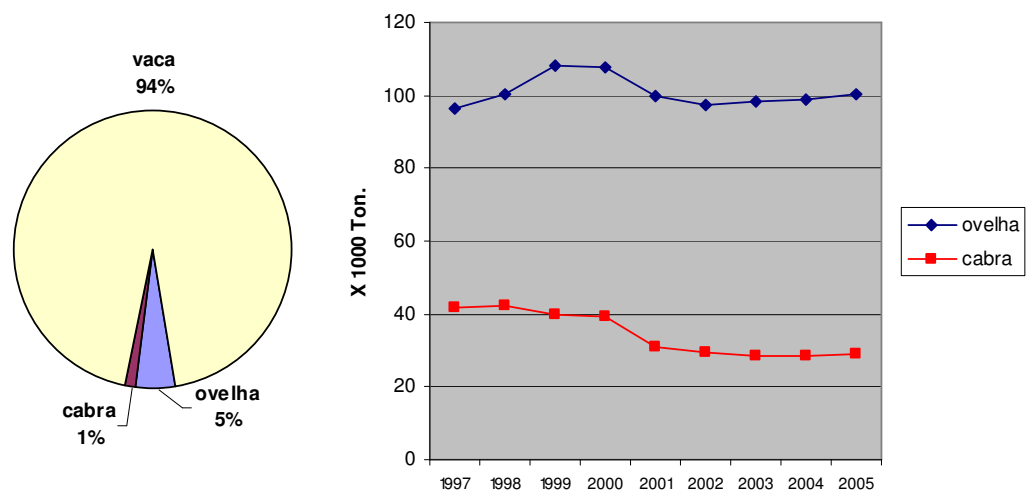
Relativamente à dispersão territorial da produção leiteira, importa salientar a importância do sub-sector dos pequenos ruminantes, especialmente nas regiões desfavorecidas, onde muitas das explorações se encontram associadas à produção de queijos com denominação de origem protegida (DOP). O leite de ovelha e cabra representa uma parte diminuta do total da produção de leite nacional, não chegando a atingir os 7% após correcção destes leites com o seu teor médio de gordura. Nestes dois produtos é de destacar a estabilização da produção a partir do ano 2001, o que representa um decréscimo de 2,5% e 30% respectivamente, face aos quantitativos médios registados no final da década de 90.

Mapa 1 – Distribuição regional das quotas leiteiras (ano 2004)



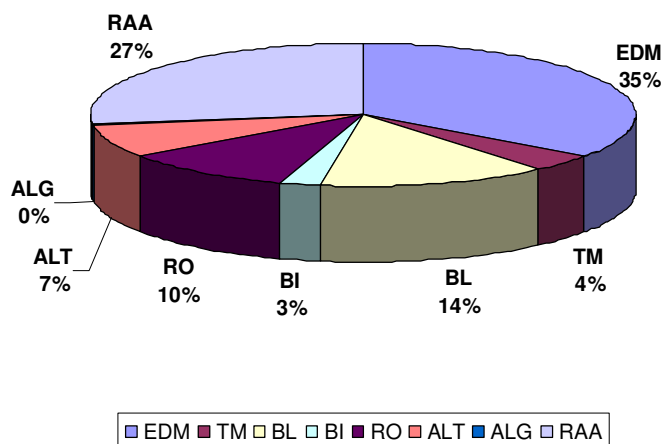
Fonte: INGA

Gráfico 1 – Peso da produção de leite por espécie (ano 2005) e evolução da produção de leite de ovelha e cabra



Fonte: INE

Gráfico 2 - Distribuição Regional da Produção de Leite (campanha 2005/2006)



Fonte: INGA

Da análise do Quadro I, constata-se que as regiões apresentam tendências distintas ao nível da dinâmica de produção, destacando-se pela positiva o Alentejo, RAA e EDM. Nas restantes regiões verifica-se uma redução nos quantitativos produzidos, sendo de realçar o desaparecimento quase total no Algarve e o caso da Beira Litoral que, embora continue a ser um importante pólo geográfico de produção, registou um decréscimo significativo (-10 mil ton.) no período considerado.

Quadro 1 - Evolução da produção regional por comparação com a campanha de 2001/2002 (base 100)

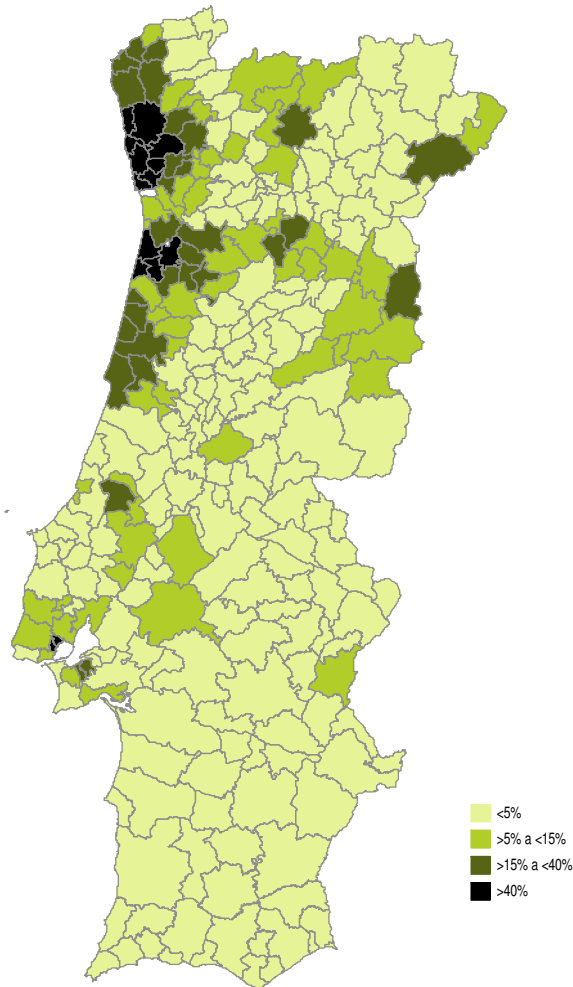
Região	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	Variação (mil ton)
						05/06 - 01/02
EDM	100	96	96	102	103	19
TM	100	101	96	97	96	-4
BL	100	104	100	98	96	-10
BI	100	101	92	84	79	-13
RO	100	103	99	98	98	-4
ALT	100	107	108	119	125	28
ALG	100	28	1	0,3	0,3	-2
RAA	100	103	100	102	104	22

Fonte: INGA

A utilização do indicador (Margem Bruta da actividade / Margem Bruta agrícola Total) numa base territorial (concelho) permite-nos visualizar o grau de especialização territorial na actividade económica de produção de leite.

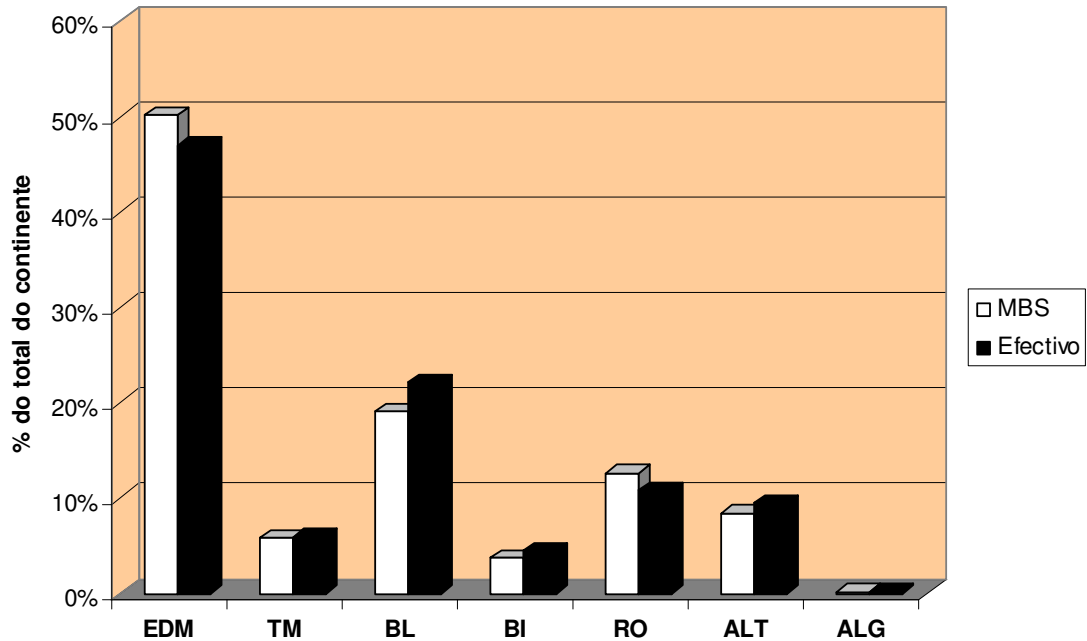
O Mapa 2, que representa o contributo do leite para as margens brutas das explorações sediadas no Continente, permite evidenciar a importância económica desta actividade em algumas regiões, com especial relevo para um número restrito de concelhos do EDM e BL, sendo que estas duas regiões geram cerca de 70% da margem bruta da produção primária do leite e totalizam mais de dois terços do efectivo leiteiro (Gráfico 3).

Mapa 2 - Peso da MBS do LEITE no total das MBS das explorações agrícolas



Fonte: GPPAA MBS 2002

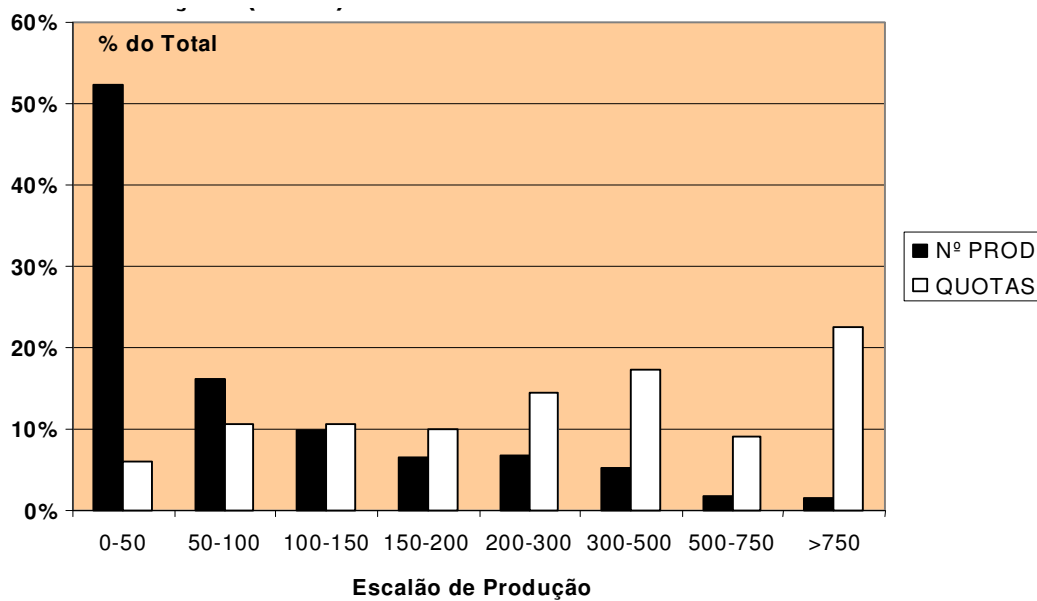
Gráfico 3 - Distribuição regional do efectivo e da MBS



Fonte: GPPAA MBS 2002 e INE - Estatísticas Agrícolas 2005

Considerando o somatório das explorações até ao escalão de produção anual de 100 ton, constata-se que estas representam quase 70% em número, mas apenas 15% em volume de produção, o que demonstra bem o contraste que ainda persiste entre a estrutura do número de produtores e a da produção, apesar do forte decréscimo registado no número de produtores (-38% em 5 anos), com particular incidência nas explorações abaixo das 50 ton.

Gráfico 4 - Número de produtores e quota detida por escalão de produção (2004)



Fonte: INGA

Os dois gráficos abaixo apresentados, com valores agregados do número de explorações e número de animais subdivididos por classe de dimensão, permitem visualizar a evolução estrutural da produção primária nos últimos 10 anos, sendo de destacar:

Uma redução de cerca de 80% no número de explorações;
 Uma redução no efectivo total de 16%;
 Um aumento absoluto no número de explorações e efectivo na classe de dimensão maior ou igual a 60 animais, à custa da redução do número de explorações e de efectivo das classes de dimensão inferiores a 30 animais, com particular destaque para a redução registada na classe de dimensão inferior a 10 animais, cujo decréscimo foi de aproximadamente 85% em número e efectivo.

Gráfico 5 - Distribuição das explorações por classe de dimensão de efectivo (% total)

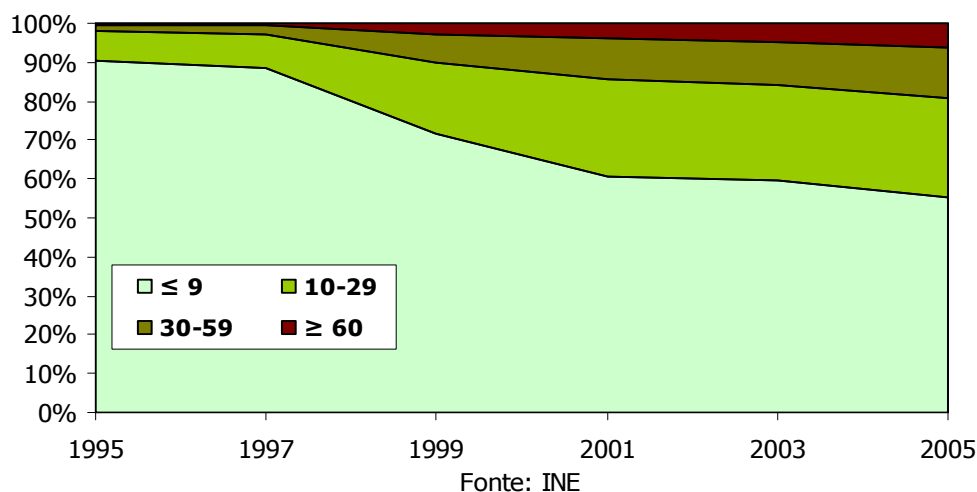
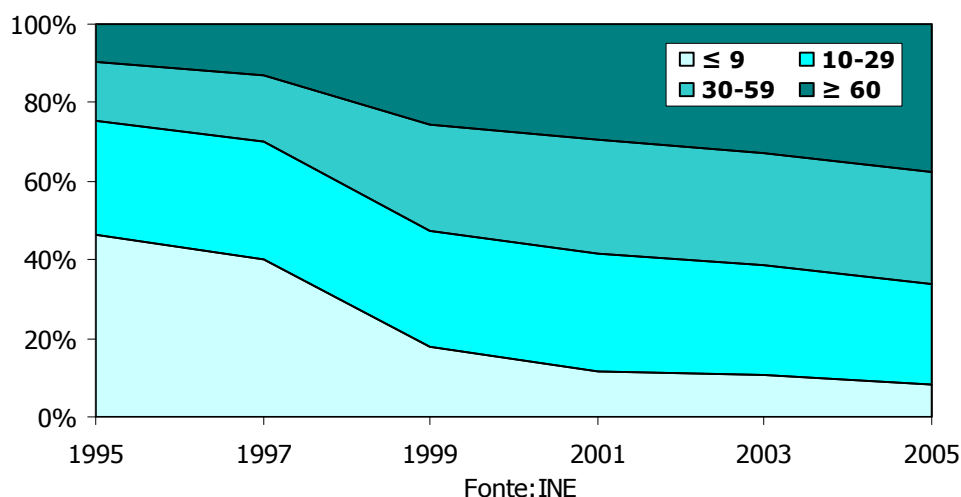


Gráfico 6 - Distribuição do efectivo por classe de dimensão (% total)



A evolução estrutural acima referida verifica-se marcadamente entre 1997 e 2000, sendo, em parte, consequência dos sucessivos resgates de quota leiteira que se realizaram nesse período.

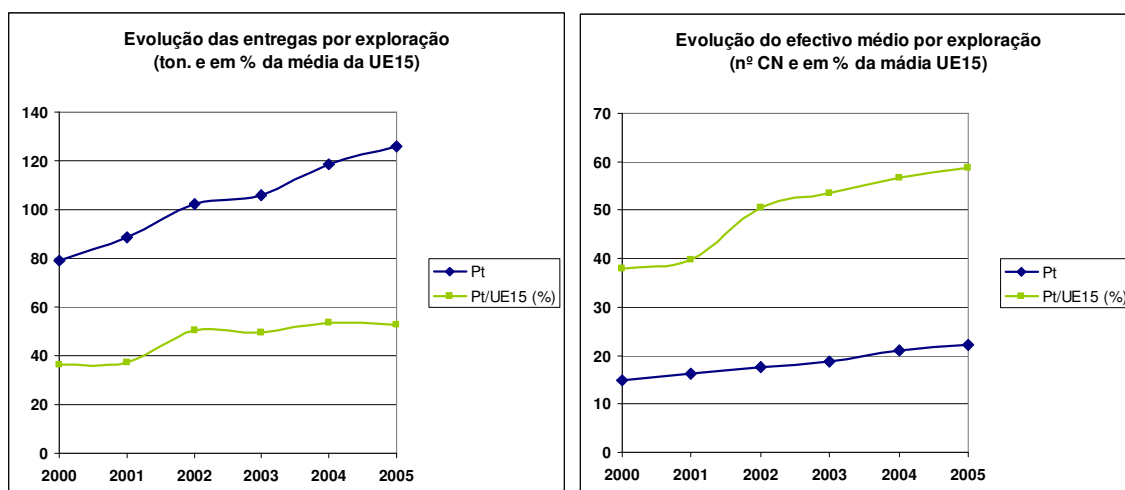
A reestruturação que se tem verificado nos últimos anos ao nível das explorações leiteiras traduz-se num aumento da dimensão média e de uma intensificação da actividade. O aumento de dimensão é resultado do crescimento no efectivo médio por exploração (+50% em 5 anos), o qual não foi acompanhado pelo aumento da SAU.

A evolução em +30% no rácio Consumos intermédios / SAU demonstra bem a crescente intensificação da produção leiteira, com o conseqüente aumento dos encabeçamentos e do rendimento por vaca (+9% em 5 anos), o qual se encontra actualmente ao nível da média da UE15 (cerca de 6500 ton/vaca).

No que respeita ao efectivo e nível de entregas por exploração, não obstante o forte aumento verificado nos últimos 5 anos, continua a persistir um diferencial importante com a média da UE15.

A produção média por exploração nos novos EM situa-se actualmente abaixo das 20 ton, mas existe um grande contraste entre EM, sendo que a República Checa e a Eslováquia registam produções acima das mil ton e um efectivo médio superior a 150 vacas, destacando-se claramente de todos os outros EM da UE25. Países como a Polónia, Eslovénia, Lituânia e Letónia apresentaram taxas de crescimento muito significativas nos últimos 5 anos mas continuam a registar valores muito modestos face ao padrão europeu.

Gráfico 7 - Evolução do efectivo e nível de entregas médio por exploração



Fonte: Comissão Europeia

Ainda que a produção média por exploração se encontre aquém da média da UE15, a maior parte do leite é recolhido em explorações com uma dimensão superior a 150 toneladas, sendo de salientar que 50% da produção nacional é hoje assegurada por apenas 10% das explorações (escalão de produção acima das 300 ton.), estando estas vocacionadas exclusivamente, ou quase, para a produção de leite ou seja, possuem uma orientação económica especializada em bovinicultura de leite.

Quadro 2 - Evolução estrutural da produção primária (PT e UE15)

							Variação 2000/05		
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	PT	UE15
Nº Vacas Leiteiras (X1000)		355	338	341	328	338	330	-7%	-11%
Nº Explorações		23.869	20.588	19.174	17.461	16.027	14.700	-38%	-9%
Produção Total (Ton)		2.060	1.983	2.103	1.952	2.010	2.100		
Nº Vacas/ Exploração	Pt	15	16	18	19	21	22	51%	-3%
	Pt/UE15 %	38	40	51	53	57	59		
Produção/ Vaca (Ton)	Pt	5.787	5.723	6.196	5.837	6.036	6.287	9%	12%
	Pt/UE15 %	100	96	101	93	95	97		
Entregas/ Expl. (Ton)	Pt	79	89	102	106	119	126	59%	10%
	Pt/UE15 %	36	38	50	50	53	53		

Fonte: Comissão Europeia

As explorações com uma orientação técnico-económica especializadas em leite representam actualmente, no Continente, cerca de 90% do efectivo e da margem bruta total. A profissionalização dos produtores, traduzida pelas melhorias introduzidas ao nível do controlo sanitário, alimentação animal e genética (fruto de programas de melhoramento e por via da aquisição de vacas de alto valor genético provenientes de outros EM como a França, Países Baixos, e Dinamarca), permitiram nos últimos anos alcançar os padrões europeus ao nível da produtividade das vacas bem como um aumento qualitativo do leite produzido, sendo de destacar que, quer o aumento de dimensão quer a concentração regional das explorações conduziram também a ganhos de eficiência através da optimização na logística de recolha.

A concentração regional das explorações a par de um aumento da intensidade das mesmas, conduziu a uma crescente pressão ambiental sobre os recursos água e solo, em consequência da reduzida disponibilidade do solo nas principais bacias leiteiras. Esta situação veio a agravar-se no Continente, em consequência do desenvolvimento urbano no seio do espaço rural, tendo criado situações de conflitualidade com a população aí residente.

1.1 Rendimento da actividade e custos de produção

Os gráficos nº 8 e 9 representam a conta de actividade de uma exploração leiteira, desagregada nas componentes do rendimento e estrutura de custos. A informação utilizada foi obtida no âmbito da determinação das Contas de Actividade Pecuária. Neste projecto são definidos os principais sistemas de produção das actividades pecuárias e para cada uma delas estimados os custos de produção e as receitas. Neste caso, de entre outras opções optou-se pela selecção de um sistema de produção caracterizado por possuir um efectivo médio de 21 a 50 vacas na região do Entre Douro e Minho, com um rendimento por vaca de 6300 Kg/ano e um preço do leite à produção de 29 euros/100Kg. Tendo em conta que neste tipo de sistema predomina a mão de obra familiar (2 uta), não foram atribuídos quaisquer encargos com esta rubrica. Por outro lado, uma vez que as ajudas directas no sector do leite serão incorporadas no regime de pagamento único no ano de 2007, estas não integram a conta de actividade.

Gráfico 8 – Rendimento por Vaca Leiteira

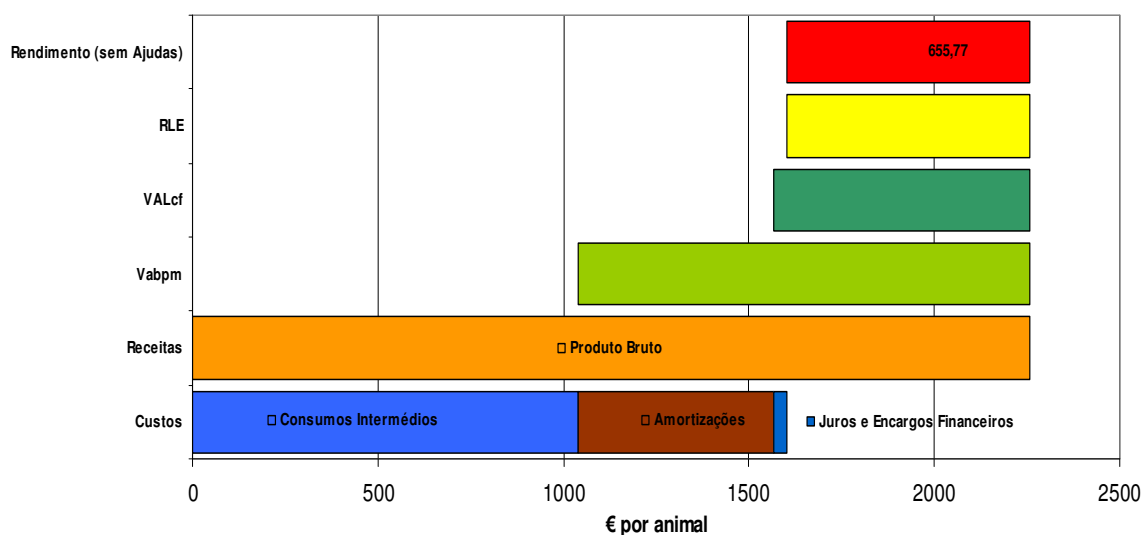
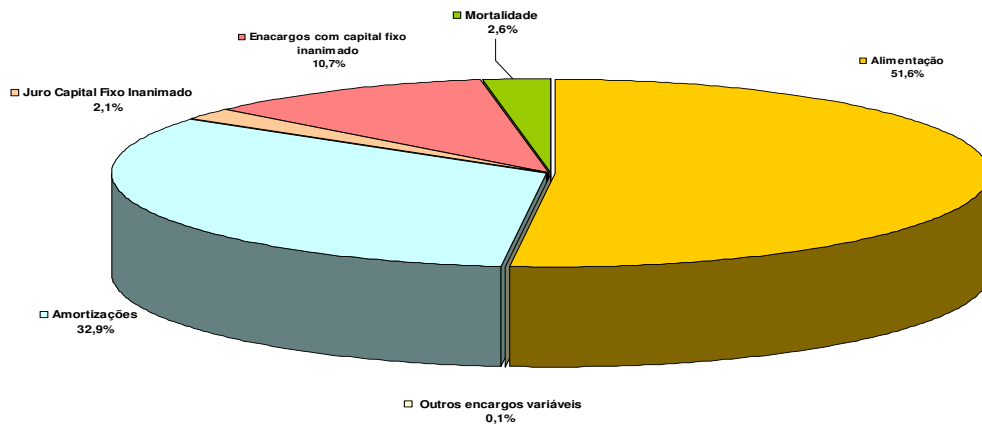


Gráfico 9 – Estrutura de Custos



Dos gráficos, apresentados retiram-se as seguintes conclusões:

Os custos com a alimentação animal e as amortizações totalizam mais de 80% dos custos totais, pelo que constituem um dos factores chave na competitividade das explorações. O recurso à compra de alimentos (forragens e compostos) no exterior assume, pois, particular relevância;

A aquisição de vacas provenientes de outros EM tem contribuído para os acréscimos de produtividade do efectivo. Contudo, as características destas vacas de elevado potencial (alta produção e reduzido número de lactações) conduzem à necessidade de uma maior rotação do efectivo, com repercussões na estrutura de custos da actividade, designadamente ao nível das amortizações;

Tratando-se de uma actividade particularmente exigente em termos de investimento inicial em infraestruturas (instalações, máquinas e efectivo), o peso das amortizações pode constituir uma barreira à entrada de novos produtores;

O rendimento líquido por vaca apresenta forte sensibilidade às variações no preço do leite e no custo com a alimentação, onde uma variação de 1% (redução no preço e acréscimo na alimentação) em cada um destes factores per si, repercute-se numa redução de 2,8% e 1,3% respectivamente. Com todos os outros factores constantes, no caso particular do preço do leite uma redução de 1 euro/100 Kg conduz a uma redução de cerca de 10% no rendimento por vaca.

2. Transformação e Comercialização

2.1 Indústria

A indústria de leite e derivados representa actualmente cerca de 11% (1 200 Meuros) do VABpm total gerado pela indústria agro-alimentar e bebidas.

A produção leiteira está associada a uma indústria transformadora predominantemente cooperativa, com particular importância na região Norte e Centro Litoral do Continente, a que não é alheio a predominância de uma estrutura fundiária altamente atomizada. Na recolha de leite na região Centro e Sul do Continente e na RAA encontram-se igualmente presentes empresas multinacionais.

O mercado nacional é, hoje, dominado por 4 empresas de grande dimensão ao nível do volume de negócios, sendo 1 à escala ibérica. Destaque ainda para a presença de multinacionais quer na fase de transformação (queijo), quer ao nível da distribuição de produtos importados. A crescente integração vertical que se tem vindo a verificar nos últimos anos tem conduzido a uma forte concentração da actividade de transformação, com destaque para a Lactogal que, através das sua associadas, assegura a recolha de 2/3 do leite recolhido a nível do Continente.

No sub-sector dos queijos, e à semelhança do que se verifica ao nível da produção primária, a indústria de transformação encontra-se muito pulverizada, coexistindo empresas de grande dimensão a par de um grande número de empresas de pequena dimensão, muitas delas de fracos recursos tecnológicos e com baixo nível de diferenciação da produção.

No período 1995-2004 importa salientar o acréscimo verificado no volume de negócios em todas as classes de dimensão económica. Por outro lado, registou-se um aumento no número de empresas e uma diminuição no volume de emprego no sector, tendo-se verificado comportamentos opostos segundo a dimensão económica. Enquanto que nas micro e pequenas empresas assistiu-se a um acréscimo quer no número de empresas quer no número de trabalhadores, nas médias e grandes empresas registou-se uma diminuição em ambas as situações.

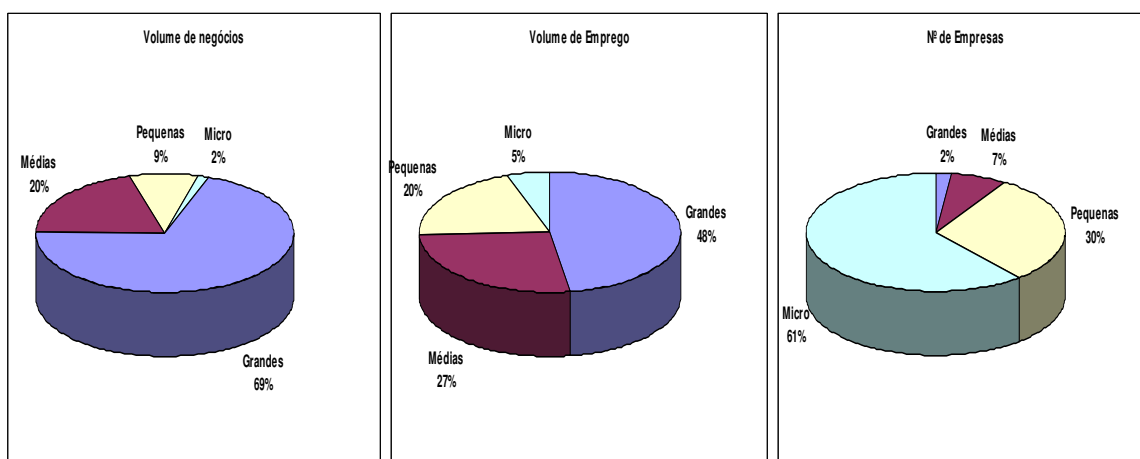
Quadro 3 - Indústrias do Leite e Derivados

Período	Nº de empresas	Emprego (nº trabalhadores)	Volume de negócios (Meuros)
1995/1996	177	9.620	1.123
2003/2004	214	6.927	1.457
Varição	21%	-28%	30%

Fonte:INE

As médias e grandes empresas totalizam cerca de 75% do volume de emprego, são responsáveis por cerca de 90% do volume total de negócios. Face ao exposto, constata-se que, à semelhança do que se verifica ao nível das explorações, existe um elevado grau de concentração da estrutura de negócios num número restrito de operadores (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Estrutura Empresarial por Classe de Dimensão Económica



Fonte:INE

Assistiu-se, nos últimos anos, a um esforço substancial na concentração e modernização do parque industrial, que o indicador do nível de investimento realizado com apoio público nos últimos anos é revelador: a despesa pública no período 1997-2004, no âmbito dos programas PAMAF e PO Agro totalizaram 52 milhões de euros. Contudo, e de uma forma geral, o grau de diferenciação dos produtos continua a ser relativamente reduzido.

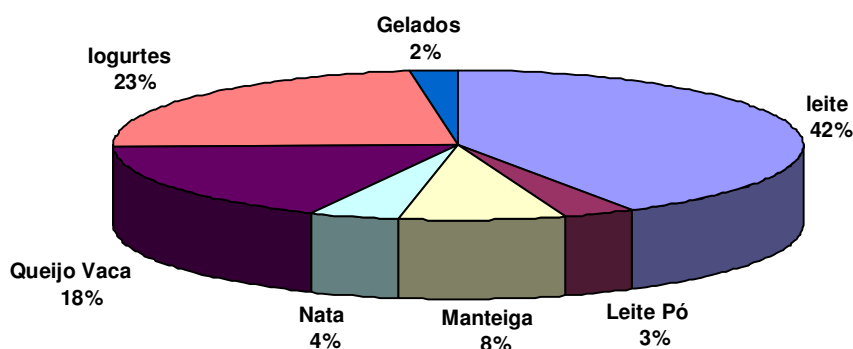
O principal destino do leite recolhido é o leite líquido (UHT magro e meio gordo), do qual resulta um excedente estrutural de manteiga. Ao nível da produção, é de salientar a evolução nos leites fermentados que registaram um acréscimo de 20% ao longo do último quinquénio, representando actualmente 23% do valor total das vendas, assumindo-se como o principal produto ao nível do valor das vendas a retalho, onde a quota de mercado dos produtos importados assume especial relevância.

Quadro 4 – Produtos lácteos obtidos a partir do leite recolhido

	2001	2002	2003	2004	2005
Recolha de leite (mil ton)	1822	1961	1849	1903	1850
Produtos lácteos obtidos: (mil ton)					
Leite consumo	857	898	889	886	897
Nata	13	15	16	17	17
Leite em pó	17	21	19	18	16
Leite Fermentado	84	89	95	98	101
Manteiga	25	27	26	26	25
Queijo	59	59	57	57	55

Fonte: INE

Gráfico 11 - Valor das vendas em 2004 (% do valor total) - CAE 155



Fonte: INE

De acordo com os dados INA (Índice Nielsen Alimentar), que regista o volume e valor das vendas a retalho, os principais produtos lácteos representaram em 2005 mais de um terço do valor total das vendas de produtos alimentares, sendo que os iogurtes, leite de consumo e os queijos totalizaram cerca de 900 milhões de euros de facturação (cerca de um terço do valor total), afirmando-se desta forma como as três principais categorias de produtos presentes na lista do TOP-20 do referido índice.

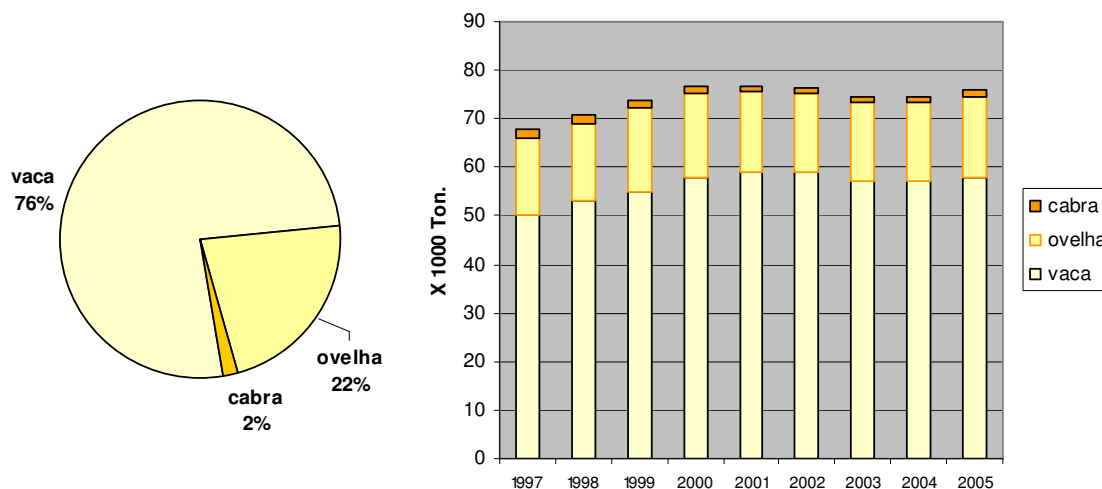
Quadro 5 – Índice Nielsen Alimentar

Produtos	Vendas em Valor (Meuros)	Variação (05/04) em valor (%)	Variação (05/04) em volume (%)	Posição no TOP-20
Iogurte	310	1	2	1
Leite	292	-3	-1	2
Queijo	291	3	5	3
Outros Leites Fermentados	110	31	23	9
Total	1003			

Fonte: Barómetro anual AC Nielsen

No sub-sector do queijo prolifera um número muito significativo de empresas de média/pequena dimensão (produção média anual de 13,6 ton.) muitas das quais se encontram afectas à produção de queijos de pequenos ruminantes com denominação de origem, embora sem grande representatividade no total da produção (Queijos DOP representam actualmente cerca de 8% da produção de queijo de pequenos ruminantes). Os leites de ovelha e de cabra são utilizados, quase integralmente, na produção de queijo, quer em mistura com leite de vaca quer em uso exclusivo, sendo o peso relativo do queijo de ovelha (cerca de ¼) muito significativo face ao volume total de queijo produzido. Em termos de evolução, verifica-se uma estabilidade no caso do queijo de ovelha e uma redução importante nos queijos de cabra, em linha com a retracção da produção primária (-25% face aos quantitativos obtidos no final da década de 90).

Gráfico 12 – Peso da produção queijo por espécie (ano 2005) e respectiva evolução no período 1997-2005



Fonte: INE

Quadro 6 - Regimes comunitários de qualidade reconhecida - Campanha 2003/2004

Produtos Reconhecidos		N.º explorações abastecedoras de leite	Número de queijarias	Produção (Kg)
Queijos da Beira Baixa /Queijo de Castelo Branco ^(a)	DOP	31	3	46.725
Queijos da Beira Baixa /Queijo Picante da Beira Baixa ^(a)	DOP	45	2	28.000
Queijos da Beira Baixa /Queijo Amarelo da Beira Baixa ^(a)	DOP	67	6	64.400
Queijo Terrincho	DOP	85	2	37.718
Queijo de cabra transmontano	DOP	81	3	14.850
Queijo Serra da Estrela	DOP	77	29	93.603
Queijo Serpa	DOP	25	8	67.257
Queijo Rabaçal	DOP	60	4	950
Queijo do Pico ^(b)	DOP	-	-	-
Queijo São Jorge	DOP	550	8	750.000
Queijo de Nisa	DOP	27	10	129.000
Queijo de Évora	DOP	34	16	93.019
Queijo de Azeitão	DOP	23	5	111.030
Queijo Mestiço de Tolosa	IGP	20	5	13.000
Requeijão Serra da Estrela	DOP		6	5.885
Total		15	107	1.455.437

(a) produzidos de forma complementar e com meios comuns

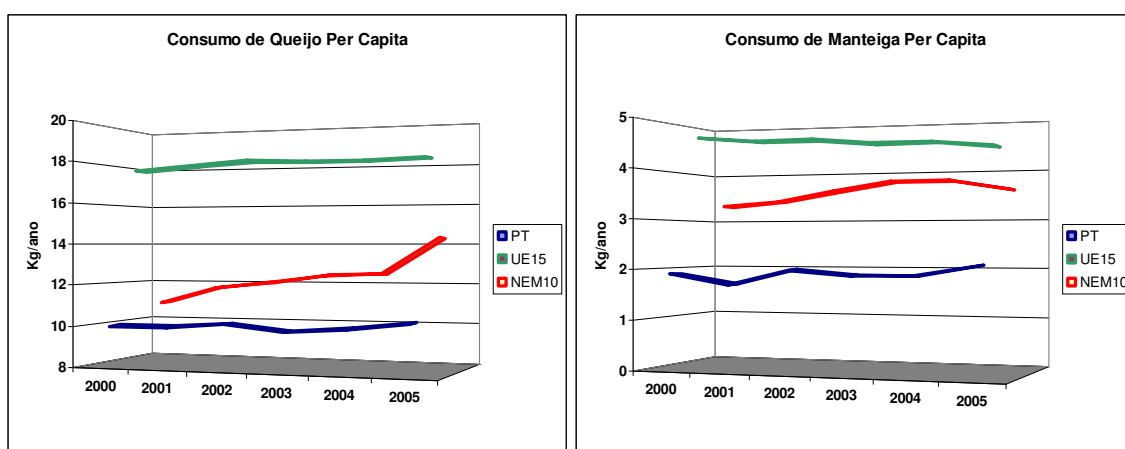
(b) sem comercialização no período

Fonte: IDRHa - "Relatório Produtos Tradicionais com nomes protegidos - Apresentação de dados sobre produção, preços e comercialização - 2004"

2.2 Comercialização de produtos lácteos

Ao nível do consumo, Portugal apresenta capitações substancialmente inferiores à média da UE na manteiga e nos queijos, e valores muito próximos nos produtos frescos (leites fermentados) e leite líquido. O consumo tem evoluído positivamente nos produtos frescos tendo, no que respeita ao leite e aos queijos, estagnado nos últimos anos. O diferencial observado nas capitações de queijo e manteiga resulta essencialmente de hábitos alimentares. No caso da manteiga, o diferencial justifica-se pela sua tradicional utilização na confecção de alimentos (fritura), principalmente no Norte da Europa. Para além disso, no caso particular da manteiga, tendo em conta o aumento das preferências dos consumidores a favor dos produtos magros, bem como as recentes políticas de combate a obesidade, não é expectável registarem-se quaisquer aumentos relevantes no futuro, sendo que nos queijos existe ainda alguma margem de progressão.

Gráfico 13 - Capitação de manteiga e queijo (nacional, UE15 e NEM10)



Fonte: Comissão Europeia

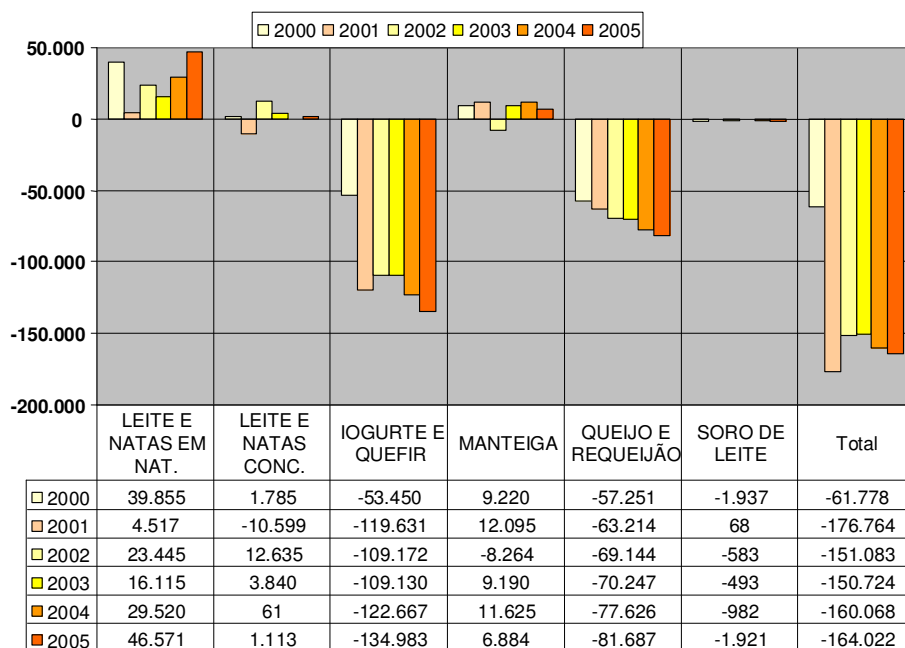
No que respeita ao nível de auto-abastecimento, Portugal encontra-se actualmente muito próximo do equilíbrio entre a produção e o consumo em equivalentes-leite (coeficiente aplicado aos produtos lácteos de modo a poder comparar quantidades de produtos distintos que são reduzidos à mesma unidade de medida).

Portugal regista um grau de auto-suficiência superior a 100% nas bebidas à base de leite e na quase generalidade dos produtos com menor grau de diferenciação/valor acrescentado, tais como o leite de consumo (107%) e, em particular, na manteiga (130%) e no leite em pó gordo (150%). Contrariamente, o nível de auto-suficiência nos produtos de alto valor acrescentado apresenta valores muito baixos (78% no queijo e 45 % nos leites fermentados), o que influencia decisivamente o comportamento da balança comercial.

Ao nível do comércio externo, apresenta um elevado défice da balança comercial, que atingiu em 2005 os 164 Meuros.

Este comportamento resulta do desequilíbrio existente ao nível do perfil dos produtos entrados e saídos, predominando, no caso das saídas, os produtos de baixo valor como a manteiga e o leite e natas em natureza e concentrado. Com efeito, o sector do leite apresenta ainda uma incipiente vocação exportadora, a qual pode ser espelhada pelo valor do rácio (valor saídas)/(valor entradas) que se situa próximo dos 50%.

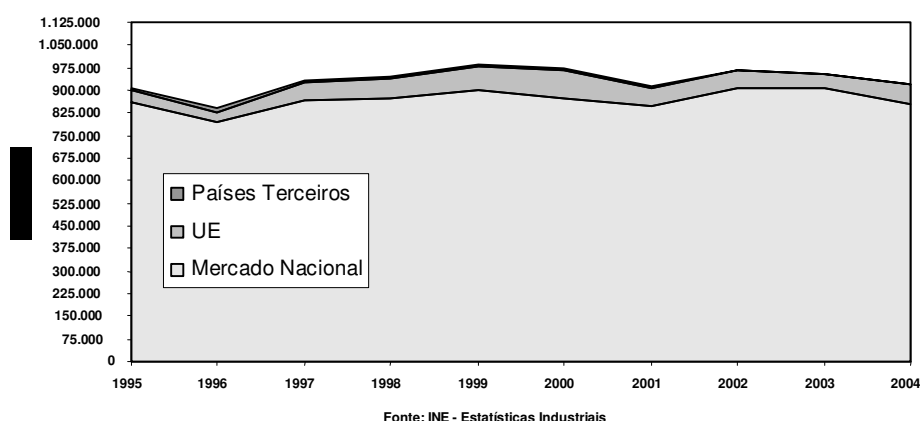
Gráfico 14 - Evolução da Balança Comercial (1000 euros)



Fonte: INE

Apesar da importância das saídas, em volume, de leite em natureza e manteiga, cujas quantidades representam uma percentagem muito significativa da produção nacional (cerca de 20% e 38%, respectivamente), as vendas para o exterior representam apenas cerca de 7% do valor total (gráfico 9), sendo o espaço comunitário o destino principal das saídas, com excepção do queijo onde existe alguma colocação em países terceiros como Angola e para o mercado específico da emigração nos EUA.

Gráfico 15 - Indústria de laticínios - Evolução do valor das vendas por destinos (preços deflacionados pelo IPIPIB; 1995=1)



O crescimento nas entradas de produtos de alto valor acrescentado, como os queijos e os leites fermentados, que registaram aumentos entre 2000 e 2005 de 42% e 158%, respectivamente, justificam em grande parte a evolução do saldo ao longo dos últimos anos, sendo que estes dois produtos são responsáveis por mais de 70 % do valor total.

O principal parceiro comercial é a Espanha, representando este mercado cerca de 50% do valor total das trocas (65% das saídas e 50% das entradas). Considerando ainda que cerca de 20% da produção nacional de leite e nata em natureza tem como destino o mercado externo e que o valor destas saídas totaliza cerca de 55% do total do sector, o quadro a seguir apresentado, referente aos principais destinos, permite acentuar a forte dependência do mercado espanhol.

Quadro 7 - Principais destinos das saídas de lacticínios em 2005

Unidade: % do valor total

Produto	Espanha	Angola	Itália	Países Baixos	França	Alemanha	Outros	Total	Total 1000 EUR	% da Produção
Leite e natas em natureza	97,8	1,2					1,0	100	83.809	19,8
Leite e natas concentrado	39,1		23,8	15,2			21,9	100	29.267	17,4
Iogurte	11,2	30,5			45,2		13,1	100	3.286	2,5
Manteiga	10,2			27,6	41,4		20,9	100	26.337	37,7
Queijo	15,6	26,1			13,1		45,2	100	9.997	4,6
Soro de leite	20,9			54,7		13,2	11,2	100	2.600	21,7

Fonte: INE

Tal como já referido anteriormente, a Espanha afigura-se como sendo a principal origem da quase generalidade do leite e produtos lácteos entrados em Portugal, sendo substituída pela Bélgica no caso da manteiga, sendo também de destacar o peso da Alemanha e da França nos queijos.

Quadro 8 - Principais origens das entradas de lacticínios em 2005

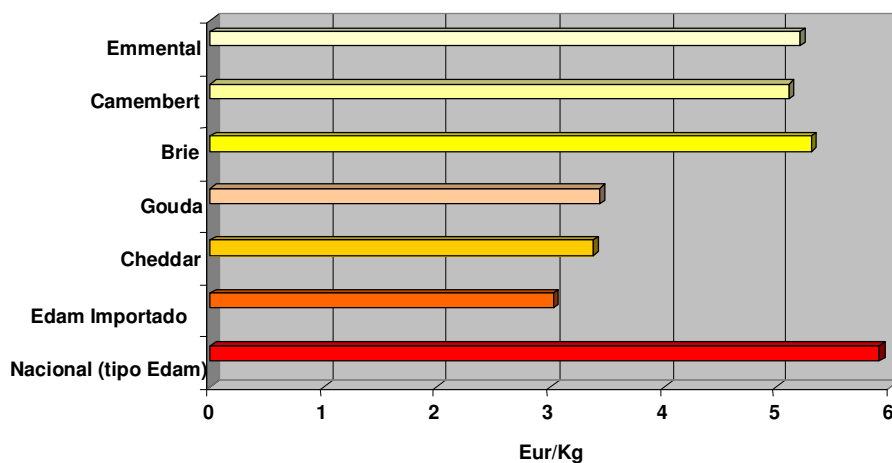
Unidade: % do valor total

Produto	Espanha	França	Alemanha	Polónia	Bélgica	Total das 3 principais
Leite e natas em natureza	67,1	19,0	12,6			98,8
Leite e natas concentrados	40,0		15,1	14,4		69,5
Iogurte e quefir	57,4	21,1	18,7			97,2
Manteiga	30,6	16,3			49,7	96,6
Queijo e requeijão	41,5	17,8	24,3			83,7
Soro de leite	36,8	26,5	23,5			86,7

Fonte: INE

De salientar a tendência crescente registada nas entradas de queijos a preços muito competitivos tais como o Brie, Cheddar, Gouda, Roquefort, Emmental e Camembert, o que demonstra a apetência dos consumidores para a aquisição de novas gamas de produtos. Igual comportamento tem sido observado nos queijos Edam, onde o efeito de substituição com base no factor preço assume maior relevância, dada a sua semelhança com as características do perfil do queijo nacional (flamengo - tipo Edam).

Gráfico 16 - Preços dos queijos importados e nacionais (2005)



Fonte: INE

Face ao exposto, e tendo presente o excedente de manteiga que, anualmente, é escoado para a UE bem como a forte ligação existente entre o mercado francês e o espanhol, onde marcam presença grandes multinacionais, pode-se concluir da forte interdependência entre o mercado nacional e os restantes mercados comunitários, das repercussões no equilíbrio do mercado interno que as dinâmicas registadas ao nível do mercado comunitário implicam.

Neste contexto, a “especialização” da indústria nacional nos leites líquidos está relacionada com o carácter periférico do nosso mercado (produto de proximidade e consequentemente menos sujeito pressões externas). No caso da manteiga, as expedições/exportações decorrem menos de uma vocação comercial e mais da necessidade de escoamento de um produto excedentário, com base no factor preço.

3. Políticas de Regulação do Mercado

Organização Comum de Mercado do Leite e Produtos Lácteos, Quotas Leiteiras e Pagamentos directos

O leite foi um dos primeiros sectores a ser regulado no âmbito da Política Agrícola Comum. A Organização Comum de Mercado (OCM) do Leite e Produtos Lácteos data de 1968, tendo desde essa data sofrido importantes modificações, de que se destaca, pelas alterações profundas que introduziu, o regime de quotas leiteiras iniciado em 1984. Com a Agenda 2000, posteriormente reformulada no acordo de 2003, foram introduzidas pela primeira vez, em 2005, ajudas directas aos produtores de leite para compensar parcialmente a descida dos preços de intervenção da manteiga e leite em pó desnatado.

A OCM do leite, abrange vários produtos de que se destacam pela sua importância, o leite, a manteiga, o queijo e o leite em pó. Estes produtos são regulados por várias medidas as quais podem ser enquadradas nos seguintes mecanismos:

- A) Suporte do mercado interno:
 - Regime de intervenção
 - Medidas de comercialização
- B) Pagamentos directos (não incluído na OCM)
- C) Regime comercial com países terceiros
- D) Regime de imposição suplementar (quotas leiteiras- não incluído na OCM)

O **Regime de intervenção** actua como “rede de segurança” e pretende assegurar uma remuneração limite a determinados produtos industriais por forma a sustentar o mercado e concretizam-se através de ofertas de venda à **Armazenagem Pública** e/ou candidaturas à **Armazenagem Privada** (abrangendo neste caso também alguns queijos).

As **medidas de comercialização** consistem em apoios que actuam directamente ao nível do escoamento/utilização de produtos lácteos, as quais pretendem não só generalizar/potenciar o seu uso, bem como torná-los concorrenciais face a outras matérias-primas/produtos alternativos. As ajudas previstas são fixadas tendo em conta a situação do mercado, bem como o nível do preço de intervenção e indicativo vigente, e norma geral recorre-se a adjudicações por concurso.

As medidas actualmente existentes são as seguintes: Ajudas à utilização de leite e leite em pó desnatado para alimentação animal; Ajudas à utilização de leite desnatado para a fabricação de caseínas e caseínatos; Ajudas destinadas a permitir compra de nata, manteiga e manteiga concentrada a preços reduzidos (para instituições sem fins lucrativos; para fabricantes de produtos de pastelaria e gelados); Ajuda para distribuição aos alunos, nos estabelecimentos de ensino, de certos produtos transformados à base de leite.

Para compensar o efeito no mercado da redução do preço de Intervenção foram estabelecidos **pagamentos directos** aos produtores de leite, a pagar por ano civil, por exploração e por tonelada de quantidade de referência individual (quota) disponível na exploração. Os montantes das ajudas cobrem parcialmente a redução dos preços de intervenção e atingirão em 2007 um valor unitário de cerca de 35 Euros por tonelada de quota detida por cada produtor, sendo estas desligadas da produção em 2007.

O **regime comercial com países terceiros**, à semelhança das outras OCM baseia-se na protecção de fronteiras face às importações através da aplicação de direitos alfandegários e na concessão de ajudas à exportação (restituições) por forma a cobrir a diferença entre os preços do mercado interno e os do mercado mundial, de acordo com o destino e o produto em causa.

O **regime de imposição suplementar**, vulgarmente designado por regime de quotas leiteiras possui um papel decisivo na formação dos preços no mercado interno. Contudo, embora os efeitos ao nível dos preços sejam semelhantes aos provocados pelas medidas incluídas no grupo A), acima indicado, neste caso o efeito esperado no mercado é assegurado através da redução da oferta e não na sustentação directa dos preços, cabendo assim também um papel ao nível da redução dos excedentes de produção.

O sector leiteiro tem um modelo de suporte da PAC baseado predominantemente num regime muito restritivo de quotas de produção que suportam preços de mercado sustentados. Os níveis de ajudas directas são, em consequência, relativamente baixas quando comparado com outros sectores, a que se juntam outros apoios decorrentes das medidas de intervenção/regulação do mercado, em particular da manteiga e leite em pó desnatado. Com efeito, a contenção da oferta exercida pelo regime de quotas e o efeito conjugado das medidas de mercado elevam o preço comunitário muito acima do que vigoraria na ausência de políticas.

Com a reforma da PAC de 2003, alterou-se substancialmente a lógica deste apoio, verificando-se, a partir de 2005, uma transferência significativa do orçamento entre as medidas de mercado e os pagamentos directos ou seja, passou-se a privilegiar o apoio directo ao produtor em detrimento das medidas de regulação de mercado, tal como se pode constatar no quadro 6. Esta transferência acentuou-se nos anos subsequentes por via do aumento do valor unitário dos pagamentos directos e pela descida dos preços de intervenção, ficando concluída em 2007.

Quadro 9 - Despesas FEOGA Garantia no sector do leite

Medidas / valores em Meuros	2004		2005	
Leite em Pó intervenção		-11,5		-60
Leite em Pó Mercado		591,4		283
Alimentação animal	239		165	
Caseínas	352		118	
Armazenagem de Manteiga		-18,2		-56
Pública	-40,7		-86	
Privada	22,5		30	
Manteiga Mercado		401,5		283
Pastelaria	302,9		211	
Gelados	62,3		41	
Organizações sem fins lucrativos	24,6		22	
Manteiga concentrada	11,7		8	
Armazenagem Privada de Queijo		34,7		31
Leite escolar		67,3		64
Restituições		1494,9		1141
Quotas Leiteiras		-490,1		-447
Restituições Fora anexo I		203,9		143
Pagamentos directos				1370
Total		2273,9		2752

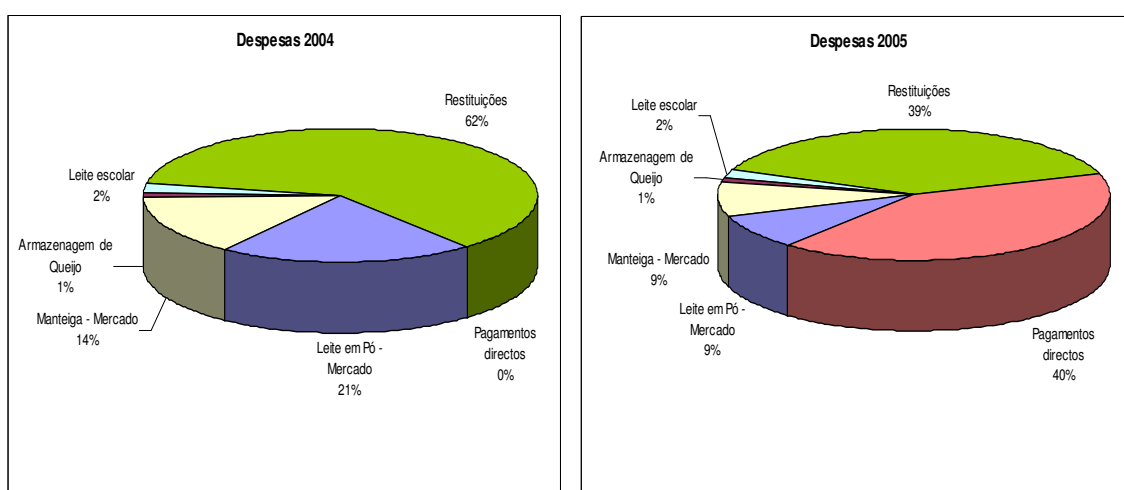
Nota: valores negativos significam receita

Fonte: Comissão Europeia

O gráfico 15 representa o peso relativo das despesas realizadas no sector do leite nos exercícios orçamentais de 2004 e 2005, destacando-se pela sua importância as restituições à exportação e, em 2005, os pagamentos directos. Importa salientar que em ambos os exercícios, a armazenagem pública do leite em pó e da manteiga apresentaram um comportamento atípico, gerando receita, tendo as compras de manteiga para intervenção disparado em 2006, ultrapassando mesmo o limite de 50 mil ton., fixado para a UE25.

A Holanda, França, Alemanha e a Bélgica constituem o grupo de EM que mais beneficiam dos apoios concedidos ao nível das medidas de mercado, totalizando no seu conjunto cerca de dois terços da despesa total e cerca de 50% da quota de entregas da UE25. Com excepção da armazenagem pública da manteiga, Portugal beneficia pouco das restantes medidas de apoio (< 0.5% do total da despesa, sendo o peso da quota cerca de 1,5% da UE 25), embora estas assumam um papel determinante no equilíbrio do mercado comunitário e consequentemente do nacional também.

Gráfico 17 - Distribuição das despesas FEOGA-Garantia no sector do leite - UE25 Exercícios 2004 e 2005

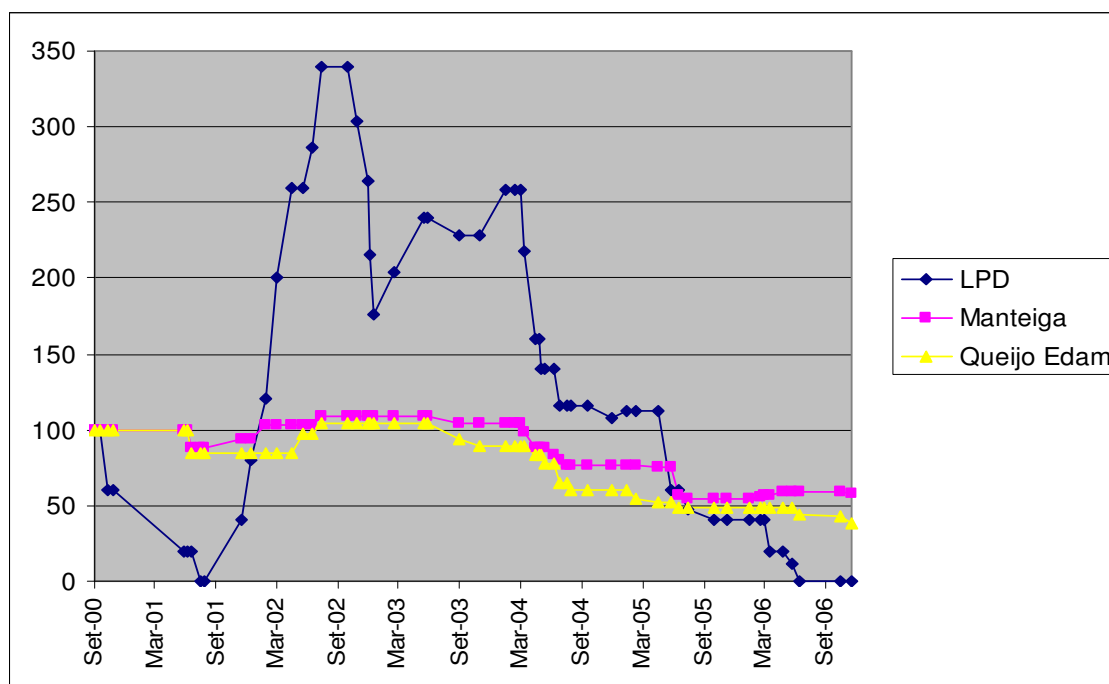


Fonte: Comissão Europeia

O comércio à escala mundial de produtos lácteos representa cerca de 7% da produção total e restringe-se essencialmente aos denominados produtos secos (leite em pó, manteiga e queijo) sendo dominado pela UE e Oceânia e, dependendo do tipo de produto, detêm ainda alguma relevância a Ucrânia, EUA e Argentina.

O mercado mundial é marcado pela forte volatilidade dos preços dada a sensibilidade destes às alterações verificadas no balanço entre a oferta e procura. Deste modo, o nível de despesas canalizadas para a exportação pode variar significativamente em função da conjuntura existente em cada momento, tal como se pode observar no Gráfico .

Gráfico 18 - Evolução das restituições à exportação (ano 2000-base 100)



Fonte: Comissão Europeia

As restituições à exportação têm desempenhado um papel fundamental no equilíbrio do mercado da UE, tendo em conta que a produção dos produtos secos excede largamente o consumo. Estas ajudas visam escoar para países terceiros os excedentes gerados (a UE exporta anualmente o equivalente a 10% da produção de leite), que de outra forma dificilmente o poderiam ser, dado o diferencial de preços praticados no mercado interno e mundial (os preços da UE situam-se actualmente acima do preço do mercado mundial em 15% no leite em pó desnatado, 85% na manteiga e cerca de 25% no leite em pó inteiro e no queijo Cheddar). No entanto, os valores das restituições não dependem apenas do diferencial de preços, sendo também fixadas em função do equilíbrio de mercado na UE. Este aspecto encontra-se evidenciado no Gráfico, particularmente no caso do leite em pó cuja taxa de restituição actual é nula, em virtude da tendência registada no sentido da alta das cotações no mercado interno.

De um modo geral os principais produtos exportados com origem na UE (leite em pó e manteiga) dependem significativamente do nível das ajudas concedidas. Nos queijos a taxa de cobertura das exportações apoiadas assume uma menor importância, mas ainda assim representa cerca de 50% da quantidade total anualmente exportada para países terceiros. No que respeita às importações, estas não têm grande significado dado o nível elevado da protecção na fronteira, a qual se afigura como um instrumento determinante no suporte do mercado interno. Assim, a maior parte das importações são efectuadas ao abrigo de contingentes especiais a direito nulo ou reduzido sendo de destacar, pela sua importância, o contingente de manteiga da Nova Zelândia.

Quadro 10 - Principais Parceiros Comerciais da UE

Destino/Origem	Manteiga	Queijo	Leite Pó Desnatado	Leite Pó Inteiro
Rússia	E	E		
Croácia			I	
Roménia			I	
Suíça		I		
Gibraltar				I
Algéria			E	E
Nigéria				E
Arábia Saudita				E
Emiratos A.U.				I
Irão	E			
Marrocos	E			
USA		E	I	
Argentina	I			
Nova Zelândia	I	I		
Austrália	I	I		
Japão		E		
Tailândia			E	
Indonésia			E	

E - destino da exportação / I- Origem das importações

4. Situação do Mercado - Análise Global

A reforma da PAC de 2003, no que ao sector do leite diz respeito, teve como objectivo central a descida dos preços como forma de promover o aumento do consumo e da competitividade da UE nos mercados internacionais. O quadro abaixo indicado sintetiza as principais decisões tomadas, nomeadamente a descida assimétrica dos preços de intervenção, a introdução dos pagamentos directos aos produtores e o aumento das quotas leiteiras dos EM de forma faseada ao longo de 3 anos. A análise do comportamento do mercado nos últimos 3 anos não pode ser dissociada desta realidade, sendo ainda de destacar que o início da reforma coincidiu temporalmente com o alargamento da UE a 10 novos EM.

Quadro 11 - Principais decisões decorrentes da Reforma da PAC de 2003

Reforma PAC de 2003	2003	2004	2005	2006	2007	2008 e seguintes
Preço Intervenção						
Leite Pó Desnatado		-5%	-5%	-5%		Total = - 15%
Manteiga		-7%	-7%	-7%	-4%	Total = - 25%
Intervenção Manteiga	Sem Limite	70.000	60.000	50.000	40.000	30.000 ton.
Ajudas Directas (Eur/Ton)	Sem Ajuda	11,81	23,65	35,50	35,50	Ajuda Desligada da Quota
	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 e seguintes
Quota Nacional						
Franquia Açores (Ton)	73.000	73.000	23.000	23.000	23.000	23.000
Quota Adicional			50.000	9.363	9.363	9.363
			2,7%	0,5%	0,5%	0,5%
						Total 78.089 4,2%
Quota Total (Ton)	1.870.461	1.920.461	1.929.824	1.939.187	1.948.550	

No período 2004-2006, o preço de intervenção da manteiga foi reduzido em 21% e o do leite em pó em 15%, sendo de realçar que também nas restantes medidas de regulação do mercado se assistiu a reduções na mesma ordem de grandeza. Não obstante a redução generalizada nos níveis de apoio, apenas no caso particular da manteiga se pode afirmar que existe algum grau de correlação entre a evolução do mercado e as decisões tomadas em 2003. Com efeito, a evolução das cotações dos restantes produtos lácteos demonstram que o comportamento do mercado resulta da conjugação de múltiplas variáveis interdependentes, sendo o apoio ao mercado apenas uma delas.

Quadro 12- Evolução dos Preços de intervenção (euros/100Kg)

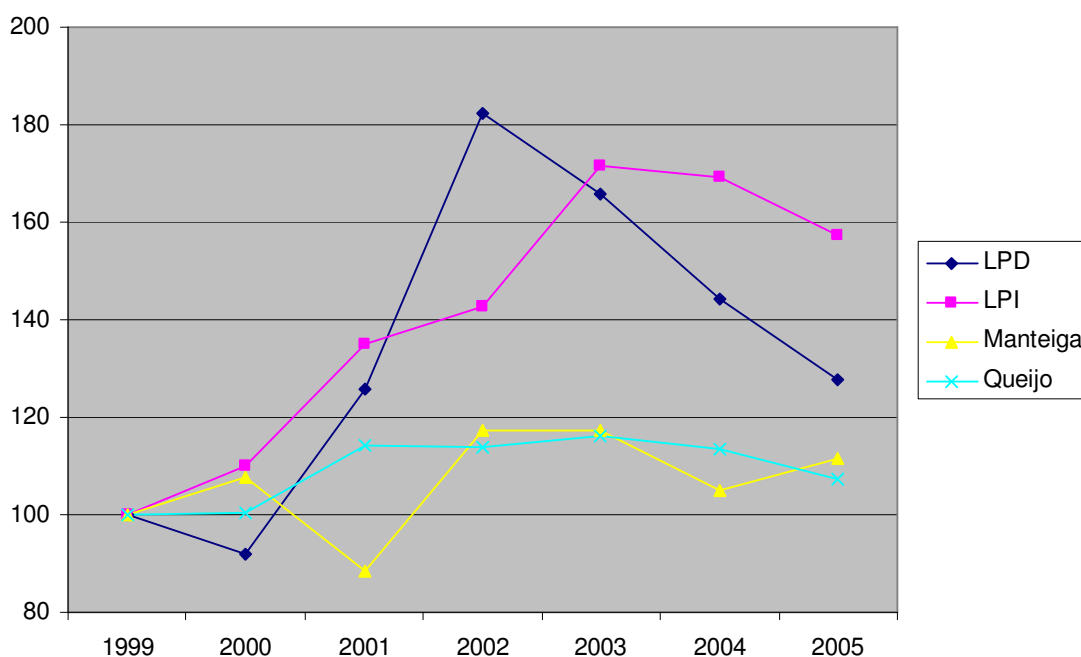
Produto	até Junho de 2004	até Junho de 2005	até Junho de 2006	até Junho de 2007	A partir de Junho de 2007
Manteiga	328,2	305,23	282,44	259,52	246,39
Leite em pó desnatado	205,52	195,24	184,97	174,69	

De uma forma geral foram vários os factores que influenciaram o desempenho do mercado no triénio em análise, pelo que se afigura pertinente analisar previamente a conjuntura observada no período em questão para melhor compreender o balanço apresentado sobre os impactos no sector do leite e produtos lácteos da reforma da PAC e do alargamento da UE.

O início do ano de 2004 caracterizou-se por uma forte instabilidade ao nível dos preços pagos aos produtores como consequência da incerteza sobre os impactos da adesão de 10 novos EM bem como da aplicação da reforma da PAC. A conjugação destes factores propiciou uma elevada especulação por parte das principais indústrias da UE. Contudo, a descida na recolha de leite em relação a 2003, a par de um aumento da procura dos principais produtos lácteos no mercado mundial contribuíram para uma forte recuperação dos preços até ao final do ano.

Em 2005, o mercado dos produtos lácteos na UE caracterizou-se por uma estagnação da oferta na quase generalidade dos produtos industriais (commodities) o que, a par de uma forte procura nos mercados internacionais (Sudeste Asiático e Médio Oriente), conduziu a uma evolução nos preços mais favorável face às perspectivas inicialmente traçadas para o sector (potenciais impactos da reforma de 2003 no sector do leite), embora se tenham registado evoluções distintas entre os vários EM. A conjuntura internacional particularmente vantajosa, em especial no caso do leite em pó, resultou também da menor presença no mercado mundial de países com forte vocação exportadora como é o caso da Nova Zelândia.

Gráfico 19 – Evolução das exportações da Nova Zelândia (ano 1999- base 100)

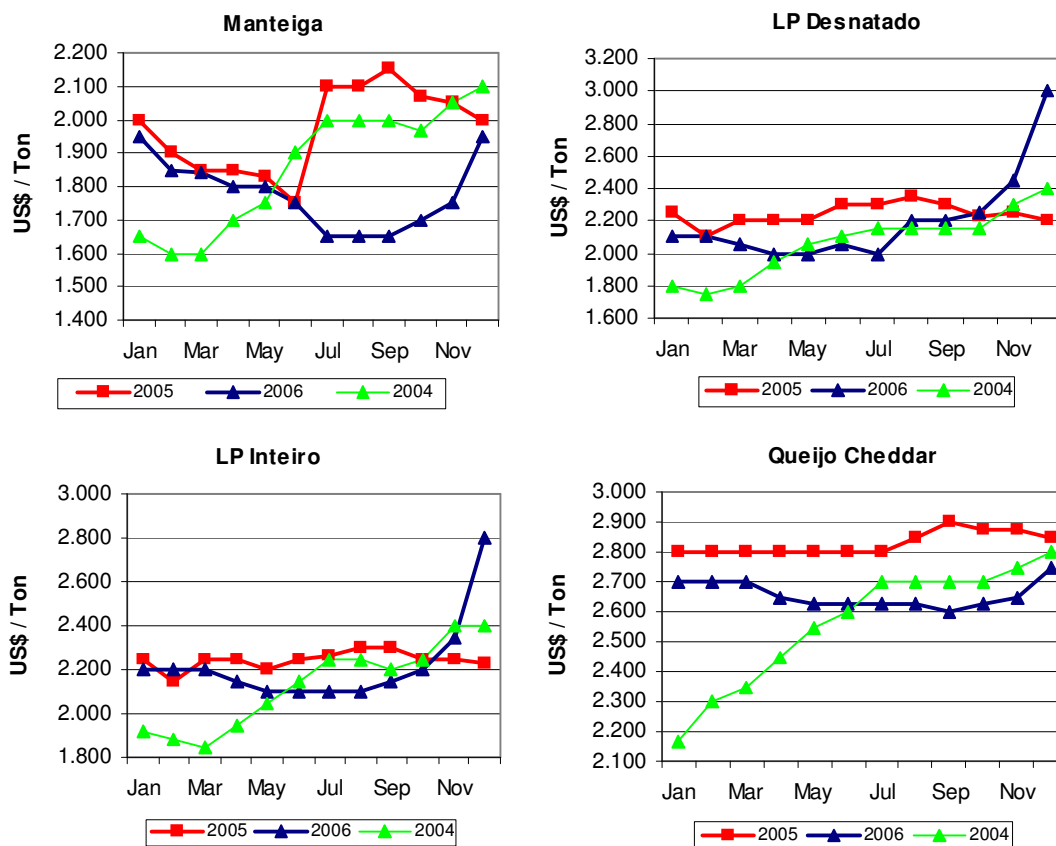


Em 2006 registou-se uma redução nas entregas de leite em alguns dos principais EM produtores da UE15 (FR; AL; RU). Esta redução deve-se em parte à seca que ocorreu no Centro e Norte da Europa e, segundo alguns analistas, poderá igualmente decorrer da retracção da produção em resultado da aplicação, ao sector do leite, do regime de pagamento único, designadamente no RU. Por outro lado, verificou-se um desvio da matéria-prima para a produção de queijo e produtos frescos, em detrimento da manteiga e do leite em pó, em consequência da evolução na procura destes produtos. O aumento no consumo de produtos de maior valor acrescentado, particularmente no queijo nos novos Estados-membros, e o aumento das vendas de ingredientes lácteos para incorporação noutros produtos agroalimentares, permitiu contrariar a fraca procura no mercado mundial, principalmente ao longo do primeiro semestre do ano.

Contudo, não obstante este equilíbrio global registado no mercado dos produtos lácteos, a redução na procura de manteiga, tanto no mercado interno como externo, conduziu a uma erosão nos preços de mercado, tendo-se registado entregas para intervenção pública, que superaram o limiar de 50 mil ton. fixado para a UE25. No final do ano as cotações da manteiga registaram uma recuperação, como resultado da subida do preço no mercado mundial e sobretudo fruto do aumento no consumo que normalmente se verifica no final do ano, que se prende com a época festiva do Natal e ano novo.

No que respeita ao “mercado da proteína do leite”, a redução da oferta de leite em pó na UE e a ausência de stocks de intervenção, conjugado com uma forte pressão do lado da procura no mercado mundial (Médio Oriente, América Latina e Sudeste Asiático), agravado pela “saída” do mercado por parte da Austrália, em consequência da seca severa que aí se faz sentir, fizeram “disparar” as cotações em todos os mercados. Pese embora o fraco desempenho das exportações da UE, que são consequência da cotação Euro/Dólar e da taxa de restituição “0”, verificou-se uma subida das cotações no mercado interno em resultado do desequilíbrio actualmente existente entre a oferta e procura, que se acentuou até ao final do ano devido ao decréscimo sazonal da produção. Face a esta conjuntura, o preço do leite em pó desnatado no mercado mundial sofreu uma apreciação de cerca de 50% no 2º semestre de 2006, sendo que a cotação actual na UE se situa 30% acima do preço de intervenção (valor mais elevado da última década).

Gráfico 20 - Evolução do Preço dos Produtos Lácteos Industriais no Mercado Mundial



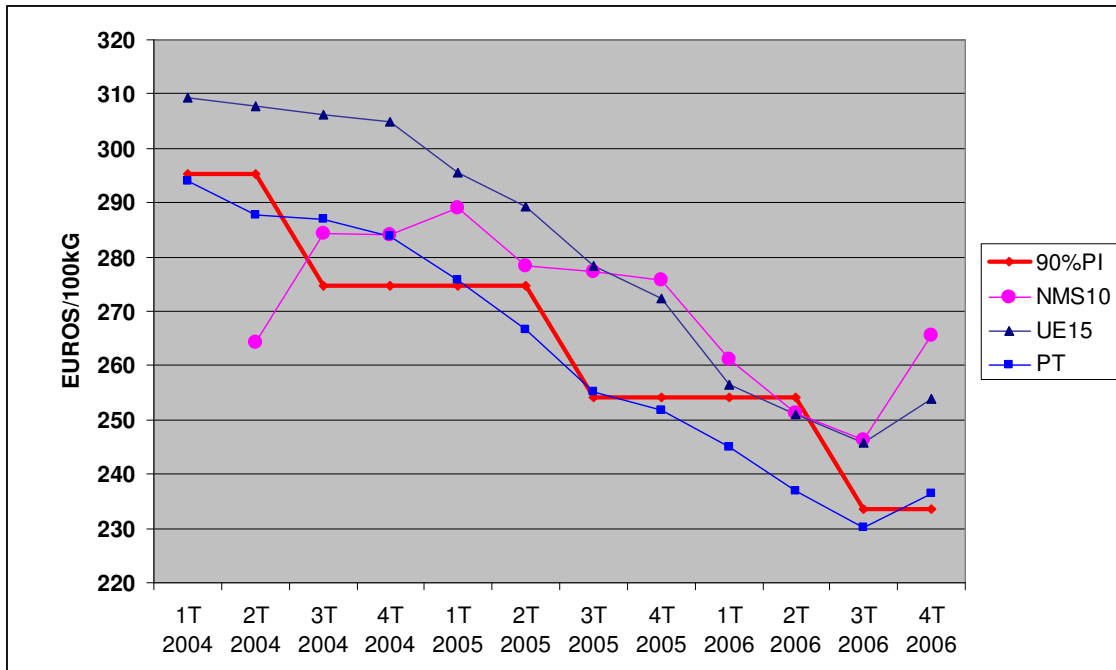
Fonte: Adaptado de DG Agri / Milk Development Council / USDA Dairy market News

De acordo com as últimas perspectivas da COM (Julho 2006), o consumo de queijo deverá crescer cerca de 11% até 2013, especialmente nos novos Estados membros. Em consequência, a produção de manteiga e leite em pó deverá sofrer uma redução, que será mais acentuada do que o esperado decréscimo no consumo. Neste contexto, o mercado do leite em pó deverá registar um equilíbrio no médio e longo prazo, com a não ocorrência de excedentes, pelo que o recurso à intervenção pública deverá ser nula. Para a manteiga, a COM prevê que os preços de mercado evoluam em linha com os preços de intervenção, sendo expectável o recurso à armazenagem pública, pelo menos até ao ano de 2009. Quanto ao efectivo, a COM aponta para uma redução no período de 2005 a 2013 de 23 milhões para 21,2 milhões de cabeças (-8 % aproximadamente).

Quadro 13 - Balanço do triénio 2004-2006

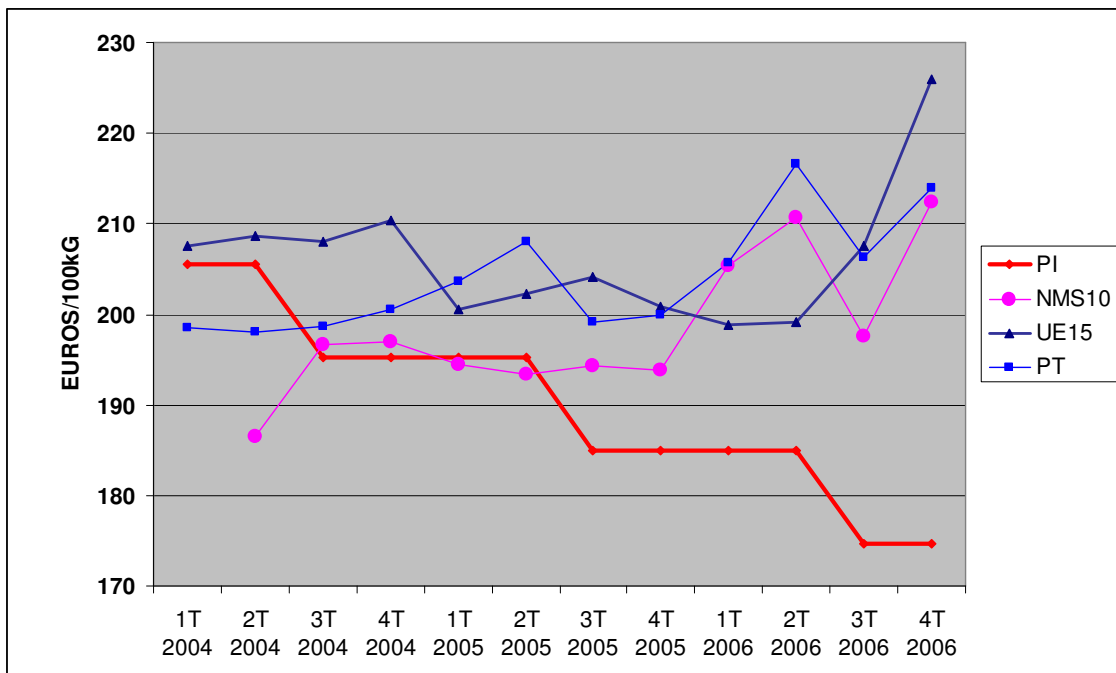
Conjuntura	
Forte dinâmica do lado da procura no Mercado Mundial	
Baixa de produção nos principais países com vocação exportadora limitou a sua presença no mercado mundial	
Procura de leite em pó na UE e mercado mundial superior à oferta	
Estagnação das entregas de leite para a indústria na UE 15	
Expansão da produção de leite nos novos EM limitada pelas quotas, mas a redução do autoconsumo nas explorações conduziu a uma maior disponibilidade de matéria prima para a indústria	
Tendências	
Aumento no consumo de produtos de maior valor acrescentado, particularmente do queijo, nos novos EM	
A redução do autoconsumo nos novos EM obriga à aquisição dos produtos lácteos no mercado	
Aumento da produção de queijo e produtos frescos na UE	
Redução do consumo de manteiga bem como do nível de gordura presente nos produtos lácteos	
Decréscimo da produção de manteiga e de leite em pó na UE	
Formação do preço do leite pagos aos produtores passa cada vez mais pela valorização da proteína em detrimento da gordura	
Resultados	Evidências
Evolução das cotações da manteiga com forte correlação com a descida do preço institucional	Gráfico 19
Vendas de manteiga para intervenção ultrapassam limiar fixado para a UE 25 em 2006	
Venda da totalidade do stock público de leite em pó desnatado e taxa de restituição à exportação fixada em "0"	Gráfico 16
Cotações do leite em pó atingem o nível mais alto da última década, situando-se actualmente 30% acima do preço de intervenção	Gráfico 20
Rápida aproximação dos preços, nos novos EM, do leite à produção e dos preços de mercado dos produtos lácteos aos valores praticados na UE15	Gráfico 19; 20 e 21
A evolução das cotações dos produtos lácteos e o menor peso das <i>commodities</i> no <i>mix</i> de produtos do sector, condiciona a evolução do preço do leite à produção, que regista um decréscimo correspondente a menos de metade do valor teórico resultante da descida dos preços de intervenção	Gráfico 21 e 22

Gráfico 21 - Evolução do Preço de Intervenção e de Mercado da Manteiga na UE



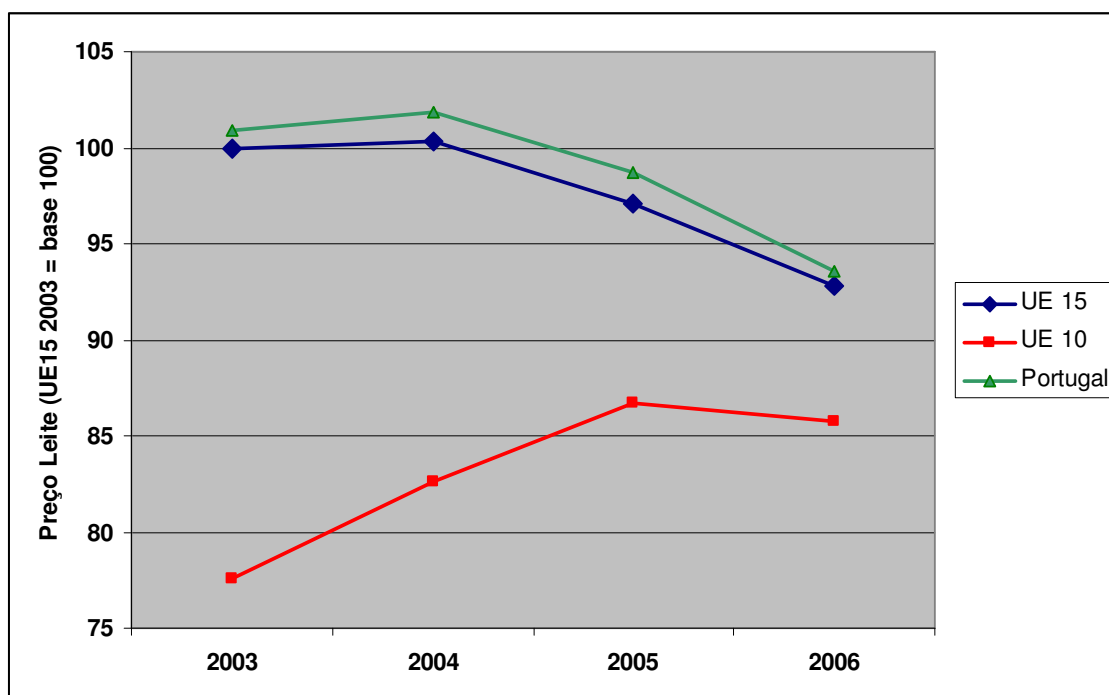
Fonte: Adaptado de DG Agri/GPPAA (SIMA): (UE15 no período 2004/2005 calculado com base numa amostra de 7 EM)

Gráfico 22 - Evolução do Preço de Intervenção e de Mercado do Leite em Pó Desnatado na UE



Fonte: Adaptado de DG Agri / GPPAA (SIMA) / (UE15 e NMS10 ambos calculados com base numa amostra de 6 EM)

**Gráfico 23 - Evolução do Preço do Leite Pago aos Produtores na UE
(UE-15 ano 2003 = base 100)**



Fonte: adaptado de DG Agri / GPPAA (SIMA: estábulos individuais no Continente)

5. Análise SWOT

Apesar da evolução positiva registada nos últimos anos, o sector apresenta debilidades, algumas de natureza interna, como a questão ambiental, outras que resultam do processo de concentração e globalização em geral.

O aumento do poder negocial das grandes superfícies tem conduzido a uma importância crescente das marcas do distribuidor e dos produtos denominados 1º preço, fenómeno que se regista em todo o espaço da UE. Segundo algumas fontes, esta situação poderá representar, hoje, entre 20 a 30% do valor comercializado, conduzindo ao esmagamento das margens comerciais dos fornecedores.

A pressão para a baixa nos preços resulta igualmente das orientações da PAC. A reforma da PAC de 2003 continuou o processo de abaixamento regular do preços institucionais e substituição por ajudas directas à produção. Contudo, este efeito não se reflectiu integralmente nos preços pagos aos produtores em consequência da situação particularmente vantajosa nos últimos 2 anos do mercado mundial.

Por outro lado, tem-se assistido nos últimos anos a uma concentração empresarial à escala comunitária, com reflexos positivos no reforço da competitividade desses grupos, induzindo capacidade de colocação dos respectivos produtos no mercado nacional.

No domínio da regras de protecção do ambiente, a situação do sector é particularmente apreensiva e urgente. Neste contexto, foi desenvolvida uma Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI)¹, foi avaliada a carga poluente dos sectores pecuários com vista à definição de prioridades para o seu tratamento. No caso da bovinicultura de leite e engorda, os sistemas de produção estão associados, na sua quase totalidade, a regimes de estabulação/ confinamento, em que são geradas quantidades significativas de efluentes, particularmente chorumes, os quais progressivamente têm dificuldades de escoamento/tratamento.

É, pois, fundamental proceder às necessárias alterações tecnológicas e estruturais nas explorações com vista à valorização dos efluentes gerados, para todos os sectores pecuários, bovinicultura, suinicultura e avicultura, de forma integrada. Importa salientar que, num contexto de descida dos preços pagos aos produtores, o acréscimo de custos, nem sempre reprodutivo, decorrentes da adaptação das explorações à disciplina vigente, ambiental e higiene, poderá conduzir a perdas de competitividade de algumas explorações.

Para a preservação da competitividade da indústria nacional, num contexto de crescente concorrência, torna-se inevitável adaptar a gestão, nomeadamente no sentido do funcionamento com margens mais estreitas em concordância com a tendência para a diminuição gradual dos preços de mercado. Por outro lado, o aumento da oferta de produtos de maior valor acrescentado e a aposta em nichos de mercado emergentes – “idosos”, “saúde” e “conveniência de consumo”- poderá contrariar o impacto da redução generalizada dos apoios de mercado à manteiga e leite em pó desnatado. Paralelamente, a criação de um regime de qualidade certificada, com maiores potencialidades de diferenciação ao nível dos leites fermentados, leite líquido e queijo, poderá contribuir significativamente para o reforço da preferência dos consumidores na aquisição de produtos de origem nacional.

Importa salientar que a produção nacional encontra-se actualmente ao nível da quota atribuída, o que torna particularmente difícil realizar qualquer desvio significativo no perfil da produção industrial, apesar do défice de abastecimento em alguns produtos. Assim, a expansão para além da fronteira nacional deverá igualmente ser equacionada com o objectivo de diversificar produções e mercados e enquanto fonte de matéria-prima.

¹ Despacho Conjunto SEA e SEAAP 1098/2005 de 28 de Dezembro.

A sustentabilidade ambiental, enquanto factor crítico para a manutenção da actividade produtiva, reveste-se de uma importância vital a montante e jusante da fileira, pelo que constitui igualmente um vector de intervenção prioritário, em especial no que respeita à gestão de efluentes nas explorações e tratamento e valorização do soro lácteo.

Neste contexto, os vectores estratégicos assentariam na necessidade de **garantir a sustentabilidade ambiental, fomentar as economias de escala** (consolidação da reestruturação ao nível das explorações leiteiras, concentração industrial, em particular no sub-sector do queijo) e a **diversificação dos mercados e produtos**.

Quadro 14 - Análise SWOT

Fortes		Pontos Fracos		Factores Internos
<p>Produção</p> <p>Especialização produtiva das explorações com melhorias de produtividade, eficiência da recolha e qualidade do leite</p> <p>Concentração da produção</p> <p>Indústria</p> <p>Modernização tecnológica recente</p> <p>Existência de um grupo empresarial com dimensão ibérica</p> <p>Credibilidade do sector junto dos consumidores</p> <p>Notoriedade de marcas nacionais líderes de mercado</p>		<p>Produção</p> <p>Necessidade de adaptação urgente às normas ambientais</p> <p>Localização de nº importante de produtores em zonas de forte densidade populacional</p> <p>Muitas explorações de pequena dimensão, deficientes nas condições higieno-sanitárias e na qualidade do leite</p> <p>Fraco nível de informação de desempenho do sector relativo aos pequenos ruminantes</p> <p>Indústria</p> <p>“Preenchimento” da quota nacional enquanto entrave à alteração do perfil da produção</p> <p>Excedente estrutural de manteiga</p> <p>Estagnação do consumo de queijo</p> <p>Baixa diferenciação da produção e predomínio dos produtos de baixo valor acrescentado</p> <p>Atomização na indústria do queijo</p> <p>Dificuldades no tratamento de subprodutos (soro lácteo)</p> <p>Exportação centrada em produtos de baixo valor acrescentado e dependente do factor preço</p> <p>Localização periférica não permite diversificar fontes de abastecimento de matéria-prima</p>		
Oportunidades		Ameaças		Factores Externos
<p>Produção</p> <p>Potencial de redimensionamento das explorações para aumentos de escala e eficiência produtiva</p>		<p>Produção</p> <p>Restrições à actividade derivadas do alargamento das zonas vulneráveis a nitratos</p>		

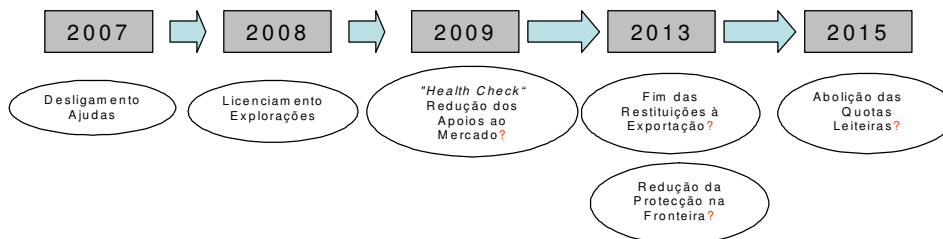
<p>num contexto de desligamento das ajudas e abandono dos produtores menos eficientes, após 2007</p> <p>Potencial de reconversão para leite de pequenos ruminantes</p> <p>Indústria</p> <p>Aumento do consumo de produtos de maior valor acrescentado.</p> <p>Localização geográfica (mercado periférico) penaliza concorrência externa e potencializa produtos de proximidade</p> <p>Déficit do mercado espanhol em produtos lácteos</p>	<p>Custos de contexto relativos à regulamentação, nomeadamente o licenciamento de explorações</p> <p>Conflitualidade geográfica em zonas periurbanas</p> <p>Indústria</p> <p>Negociações OMC não incluem questões relativas à qualidade e segurança alimentar e aumentam níveis de liberalização das trocas</p> <p>Redução dos níveis de apoio ao mercado e eventual desmantelamento do regime de quotas após 2014</p> <p>Concentração/fusão dos grandes grupos empresariais com aumento de penetração no mercado nacional</p> <p>Concentração e aumento do poder negocial da grande distribuição, com capacidade de abastecimento fora da fronteira nacional</p> <p>Entrada de produtos de alto valor acrescentado provenientes de outros EM</p>
---	---

II. Análise Prospectiva

O acordo alcançado em 2003 sobre a reforma da PAC introduziu uma profunda alteração nos mecanismos de apoio e regulação do mercado comunitário do leite e produtos lácteos. Todavia, este desfecho ficou aquém das propostas inicialmente apresentadas pela Comissão Europeia (COM), em especial no que respeita à redução do preço de intervenção da manteiga. Recentemente a COM manifestou publicamente a intenção de reabrir este dossier no âmbito do denominado "Health check de 2008" (análise intercalar da reforma da PAC de 2003). Para a COM, os actuais instrumentos de regulação do mercado são obsoletos à luz da mudança de paradigma decorrente da nova PAC acordada em 2003. Desta forma, regimes de armazenagem e quotas de produção serão inevitavelmente temas que irão ser postos à discussão.

Face aos esforços desenvolvidos pela UE com o objectivo de viabilizar um acordo ao nível da OMC e a necessidade de reduzir despesas para acomodar o impacto do alargamento da Bulgária e Roménia, sendo o sector do leite um dos principais responsáveis pelas despesas FEOGA Garantia na componente regulação do mercado, é expectável que a COM se posicione a favor de um desmantelamento progressivo destes mecanismos.

Figura 1 - Identificação dos principais desafios (reais ou potenciais) que se colocam ao sector leiteiro (2007-2015)



Tendo em conta o papel decisivo que todo o complexo mecanismo de gestão do mercado tem desempenhado na dinamização da fileira nacional e comunitária, o seu desmantelamento acarretará consigo um impacto significativo, quer em termos económicos quer sociais, pela impossibilidade de muitas empresas e produtores de leite sobreviverem num espaço de comércio liberalizado, seja a nível comunitário ou ao nível do mercado mundial. Neste contexto, e independentemente do ritmo mais ou menos célere que possa vir a ser imprimido ao nível das reformas a introduzir no sector do leite e lacticínios, em consequência das negociações no seio da OMC e/ou decorrentes do *Health Check* de 2008, a reestruturação da fileira nacional deverá seguir uma lógica orientada para a produção num mercado cada vez mais aberto e globalizado.

A figura abaixo apresentada pretende identificar os principais cenários e respectivos impactos potenciais no sector leiteiro nacional e comunitário que poderão decorrer da alteração das políticas no horizonte 2015.

A construção dos 4 cenários alternativos tem por base as grandes forças de enquadramento do sector no espaço europeu, designadamente o regime de quotas, o acesso ao mercado e a política de restituições à exportação (liberalização das trocas com países terceiros no âmbito das negociações OMC).

A continuidade, ou mudança de trajectória, nas tendências de evolução das políticas e do próprio mercado não deve ser encarado de forma estática, constituindo um processo dinâmico com múltiplas interacções, cujo resultado final irá sempre depender, em menor ou maior grau, do posicionamento empresarial no mercado e da forma como todo o processo de mudança for implementado.

Figura 2 – Cenários para o sector leiteiro no horizonte 2015

